



HISTÓRIA DA
PREVISIÓN SANITARIA
NACIONAL, **PSN**

HISTÓRIA DA PREVISIÓN SANITARIA NACIONAL PSN

AS ORIGENS

Quando um médico de Múrcia chamado José Pérez Mateos irrompe na cena profissional para apresentar uma proposta ousada e ao mesmo tempo simples para consolidar, uma vez por todas, o mutualismo sanitário, a preocupação pelas consequências que o desamparo e o infortúnio estavam a produzir nos médicos e nas suas famílias é cada vez mais evidente.

A década de 1920 chega ao fim e os extraordinários progressos que são sentidos pelos profissionais de saúde, tanto a nível científico como a nível de prestígio social, não vêm acompanhados da sua proteção mútua. É verdade que há cada vez mais organizações de previdência, mas são de âmbito local, os seus benefícios, insuficientes e a sua continuidade, muito irregular.

A situação é claramente deficiente, no entanto, verifica-se um clima de opinião muito favorável à criação de uma instituição capaz de estruturar, de uma forma ampla e geral, a assistência sanitária. Para tal contribui o desenvolvimento progressivo das ordens profissionais, a imparável expansão do conceito de segurança social e, em especial, a dramática realidade do médico, para quem a doença, a invalidez ou a morte constituíam, mais do que desgraças pessoais, verdadeiras tragédias familiares.

Era necessário alguém que fosse capaz de liderar um movimento que já estava quase formado, alguém que pudesse apresentar uma solução definitiva para um problema real e persistente. Pérez Mateos consegue-o invocando duas ideias certamente inventadas mas às quais até então ninguém havia dado a necessária importância: âmbito nacional e carácter obrigatório.

Estas tinham de ser as principais características de uma nova instituição, uma mutualidade que integrasse todas as existentes, que exercesse as duas modalidades básicas de previdência e so-

lidariedade social através de contribuições dos associados e que contasse com o apoio jurídico do Estado.

José Pérez Mateos propõe uma solução definitiva para um problema real. Uma mutualidade nacional e de carácter obrigatório.

AS ORIGENS

Muitos anos, ou melhor, séculos antes da enunciação teórica e definitiva da Previsión Sanitaria Nacional, os profissionais liberais tinham começado a ponderar a necessidade de se precaverem contra a incerteza radical de sua existência. Os primeiros precedentes remontam à Antiguidade, quando os gregos e romanos desenvolveram sociedades de socorro mútuo que, com o passar do tempo, se transformaram nas três instituições fundamentais de previdência que surgiram na Idade Média e chegaram até a Moderna: os grémios, as irmandades de socorro e os montepios.

Paralelamente ao desenvolvimento desigual dessas associações, começaram também a desenvolver-se as primeiras ordens profissionais que, com o tempo, passariam a desempenhar um papel decisivo na articulação das entidades de previdência social.

Nesta progressiva, embora excessivamente lenta, materialização dos instrumentos de ajuda mútua, os médicos distinguiram-se pelo seu grande exemplo de companheirismo e apoio espiritual, profissional e económico através das confrarias, que tomaram os nomes dos santos médicos Lucas, Cosme e Damião.

Posteriormente, apareceram os montepios, que marcaram a conclusão da transformação laica das confrarias. Contudo, as associações profissionais, incluindo as ordens, não perderam toda a sua natureza religiosa das suas origens até ao final do século XIX, quando começaram a tornar-se instituições civis.

Entretanto, os médicos, que tradicionalmente tinham sido considerados como profissionais opulentos, para não dizer ricos, estavam a dar

claras provas da sua verdadeira condição social, que não era outra senão a de uma classe profissional encurralada cada vez mais na dificuldade, na escassez e na penúria económica. Uma das causas que mais contribuíram para a deterioração do seu poder de compra foi a introdução dos contratos de tarefa ou de avença, que lhe retiraram os riscos, mas também os benefícios, que lhe oferecia o livre exercício. Porque, se bem que os médicos passaram a ter uma remuneração segura, é igualmente evidente que a sua suficiência era duvidosa e que, por vezes, tornava a profissão uma verdadeira servidão.

Daí surgiu a necessidade real de união profissional, não só dos médicos, mas de todos os profissionais de saúde. União para reafirmar o sentimento natural de sociabilidade humana e defender o espírito do seu ministério, mas também para aliviar a insegurança económica e o baixo rendimento do exercício profissional.

Foram desenvolvidas algumas iniciativas meritórias que procuraram aplicar na prática essa aspiração de unidade e ajuda mútua. Mas a sua irrelevância social e o seu modesto alcance, por vezes causado pelo individualismo dos seus próprios elementos, constituíram obstáculos demasiado grandes para que se pudessem consolidar.

Na base do fracasso desses movimentos escondia-se aquilo que anos depois Pérez Mateos conseguiu alterar: essas associações eram voluntárias e não resolviam de modo algum a imprevisibilidade do ser humano; eram de natureza privada e, como não tinham o apoio jurídico do Estado, desenvolviam-se em regime lucrativo a partir de sociedades comerciais que estabeleciam prémios muito elevados que, ainda por cima, não permitiam cobrir adequadamente todas as necessidades inicialmente cobertas.

Se a voluntariedade não era suficiente para permitir aos profissionais de saúde organizar devidamente a sua previdência social, parecia evidente que não havia outra alternativa senão recorrer à obrigatoriedade. Foi possível obter algumas pistas sobre esta conclusão dos movimentos da profissão com o objetivo de criar a ordem. Este também foi um processo longo, que começou em meados do século XVIII com o progressivo desaparecimento dos grêmios e que se articulou em torno das ordens como nova fórmula promotora do mutualismo profissional. No entanto, os grandes progressos alcançados ao longo de um século inteiro não foram frutíferos, uma vez que a filiação era uma ação facultativa para preservar a liberdade profissional decreta-

da no início do século XIX. Tal como acontecera anteriormente com os montepios, as ordens também falharam nas suas tentativas de melhoria, apoio mútuo e instrução da classe médica.

Só no início do século XX, em 1917, é que se conseguiu a filiação obrigatória, que se afigurou desde logo como a única ferramenta capaz de disciplinar e melhorar, social e economicamente, o exercício médico profissional.

Caráter obrigatório e dimensão nacional. Com essas duas premissas como pedra angular do seu projeto da entidade de previdência social, Pérez Mateos lança na década de 1920 uma ampla e intensa campanha nacional de coesão de vontades e de concertação de esforços. Oferece como exemplo e núcleo fundamental da sua proposta a experiência realizada pelos médicos das províncias de Levante.

Em 1917 a filiação torna-se obrigatória

A sua ação de proselitismo culmina na VIII Assembleia Nacional dos Conselhos de Administração das Ordens Médicas, realizada em Barcelona, em 1928. Pérez Mateos apresenta um projeto elaborado, tanto no plano económico e atuarial como no profissional e regulamentar. Demonstra o insuspeitado e parece dar com a quimera: os seus estudos comparados com as experiências de outras mutualidades apresentam a possibilidade de alcançar uma cobertura aceitável de contingências sem necessidade de exigir sacrifícios incompatíveis com a limitada capacidade económica da maioria dos profissionais. Ainda ninguém o sabe, mas Pérez Mateos acaba de dar a volta por cima.

Obviamente, e antes de mais nada, é necessário realizar duas mudanças profundas nas características essenciais que até então tinham vindo a orientar as experiências desenvolvidas para articular a previdência dos médicos e que já foram mencionadas: trocar a voluntariedade pela obrigatoriedade e o âmbito local ou regional pelo nacional. Além disso, é necessário o patrocínio e a promoção de todas as ordens médicas para que a nova instituição nasça com o apoio adequado, que tem de ser articulado através de uma alteração nos estatutos da Ordem que efetive a filiação obrigatória.

Por conseguinte, essa proposta pressupõe uma inovação ousada que gera controvérsia e que se depara com interesses criados e com a inevitável inércia dos hábitos sociais, económicos e profissionais dos médicos.

Pérez Mateos comparece na Assembleia de Barcelona com o seu projeto, elaborado, em grande medida, durante os dois últimos anos da sua vida e com o apoio institucional que lhe proporciona o cargo que ocupa nessa altura, a Presidência do Conselho das Ordens Médicas. Proclama com convicção algumas frases que ficam para a história: «Em poucas profissões o problema da previdência atinge dimensões tão dramáticas como na nossa, ou é mais difícil de resolver pelo individualismo feroz que nos caracteriza. Ficam por resolver os problemas angustiantes das viúvas, dos idosos desamparados, doentes crónicos, etc. Porque, embora existam instituições dessa natureza, o seu raio de ação é curto.»

Contudo, o seu raciocínio não convence todos. Imediatamente surge uma corrente de opinião que, embora favorável à articulação de mutualidades para abranger os profissionais, defende a preservação do caráter regional ou local que apresentavam as experiências realizadas até então. Pérez Mateos insiste na sua tese e replica: «A governação de uma mutualidade exige um conselho de administração composto por indivíduos conhecedores do seu mecanismo e pessoal administrativo honesto e competente. É fácil encontrar dez conselhos de administração e, pelo menos, cinquenta empregados com essas condições?»

As razões apresentadas por Pérez Mateos conseguem finalmente um apoio maioritário, com algumas concessões: a obrigatoriedade apenas se aplica aos novos filiados e mantém-se a independência das mutualidades mais solventes. Dois anos depois de concluída a histórica assembleia, especificamente no dia 27 de janeiro de 1930, o Governo aprova um decreto real que altera os estatutos da Organización Médica Colegial e que inclui a seguinte disposição adicional: «O Conselho Geral das Ordens Médicas irá elaborar e submeter à aprovação do ministro do Governo, no prazo de três meses, um projeto

para a organização de uma instituição nacional de assistência médica que, acolhendo de igual modo aqueles que exercem a medicina em Espanha, abranja os riscos de invalidez evelhice e disponibilize às viúvas e aos órfãos auxílios ou pensões que lhes proporcionem algum meio digno de subsistência; tudo isso de uma forma que não exija sacrifícios incompatíveis com a modesta capacidade económica da maioria dos profissionais».

O caminho para criar oficialmente a Previsión Médica Nacional fica assim definitivamente aberto.

Em 1930 o governo aprova o decreto real

1930-1960:

AMBIÇÃO E VARIEDADE DE OBJETIVOS

Manuel Bermejillo

dirige a consolidação de uma entidade aberta aos profissionais de saúde e disposta a cobrir quaisquer contingências.

Apesar do início difícil, especialmente no período da Guerra Civil, a Previsión Médica Nacional consolida-se como mutualidade graças a uma saudável ambição de serviço e a uma ampla variedade de objetivos.

A gestão prolongada do presidente Manuel Bermejillo permite à Entidade atrair novos profissionais de saúde - daí a alteração da designação para Previsión Sanitaria Nacional - e criar novos produtos e linhas de atividade para cobrir qualquer contingência que possa preocupar os seus mutualistas.

Pouco mais de três meses após a aprovação dos novos estatutos da Organización Médica Colegial, que abriam a porta para a criação de uma entidade «que cobrisse os riscos de profissionais inválidos, as suas viúvas e os seus órfãos», o Ministério do Governo aprova o regulamento, a constituição e o funcionamento da **Previsión Médica Nacional (PMN)**. O dia fica gravado para a história: **9 de maio de 1930**. O nove também aparece noutra circunstância a recordar: este é o número da rua Calle Licenciado Cascales, em Múrcia, onde se encontra a primeira sede social da nova Entidade.

O regulamento, numa demonstração de ambição, que posteriormente se tornará realidade, estabelece como objetivo remoto da PMN «abranger todos os aspetos da assistência, com a garantia máxima da mais poderosa companhia de seguros e as evidentes vantagens de economia e equidade de uma mútua». A aspiração é

então ousada, dado que a PMN inicia as suas atividades com apenas duas secções - invalidez e vida - e quatro tipos de associados - fundadores, numerários, protetores e honorários. As quotas iniciais são igualmente modestas: dez cêntimos para invalidez e cinco pesetas para vida, através de assinaturas mensais.

El primer Consejo de Administración

Presidente

D. José Pérez Mateos

Secretário Tesoureiro

D. José Egea

Vogais

D. Lorenzo García Tornel
D. Juan de la Rosa
D. Dacio Crespo
D. Juan Cogollos
D. José Luis Durán
D. Nicasio Cimas
D. José Lomas
D. Manuel Pardo
D. Victoriano Juaristi
D. Manuel Iñigo

Os oito primeiros vogais reúnem-se a 6 de julho de 1930, na primeira sessão do conselho de administração, que conta com a presença extraordinária de José Alberto Palanca, diretor-geral da Saúde, que pronuncia palavras de louvor pela constituição da PMN e, em especial, alude ao trabalho realizado por Pérez Mateos como seu principal promotor. O Conselho aceita os pedidos de médicos recebidos até à data e propõe-se estudar os processos para formalizar as primeiras colocações na PMN. Palanca, também médico, é reconhecido como o primeiro mutualista. Menos de meio ano mais tarde, a PMN atinge os cinco mil associados.

O primeiro subsídio pago pela PMN ocorreu após a morte, a **2 de janeiro de 1931**, de Jaime Llopis, mutualista de Sagunto (Valência) que se tinha juntado à Entidade em outubro de 1930, pagando 108 pesetas título de quota de inscrição e depósito reembolsável. A 17 de fevereiro, a viúva assina o recibo do subsídio, naquilo que constitui o primeiro exemplo da essência da PMN: cobrir o presente para assegurar o futuro.

«A que se deve este facto improvável?» ,questionam-se entusiasmados os promotores da Entidade. «Aos milagres do mutualismo, da união entusiasta. A PMN não é apenas um trabalho grande, mas um exemplo vivo de que os médi-

cos podem, quando querem, resolver brilhantemente os seus problemas”.

O sucesso da **iniciativa chamou a atenção de outros profissionais de saúde como farmacêuticos, veterinários e dentistas**. Em junho de 1932, a Assembleia da PMN abre as portas com razões solenes:

«Deveriam existir há muito tempo - é lamentável que não tenha sido feito antes - laços de afeto e uma união inabalável entre essas comunidades para o bem da saúde pública e em benefício dos profissionais de saúde espanhóis». Um ano mais tarde, um despacho ministerial permite o acesso facultativo a dentistas e farmacêuticos. Mas a plena integração ainda teria de aguardar alguns anos.

A Guerra Civil leva a Previsión Médica Nacional à sua divisão, como acontece com todo o país. Os serviços centrais ficam na zona republicana, em Múrcia, sob a responsabilidade de um auto-proclamado Conselho Provisório de Apreensão e Administração, que realiza a sua primeira reunião no dia 12 de setembro de 1936 e na qual são tomadas decisões mais técnicas, sobre a atividade própria da Entidade, do que políticas - como é de se esperar nos difíceis dias que correm. O Conselho é presidido por José Torre.

A PREVISIÓN DE VALLADOLID

Na zona controlada pelo general Francisco Franco, mais concretamente em Valladolid, é constituído o Conselho Geral das Ordens Médicas, previamente dissolvido pelos republicanos. Um despacho assinado pelo governador general Luis Valdés, em dezembro de 1937, estabelece um prazo de noventa dias para a Previsión Médica Nacional retomar as suas atividades de acordo com o disposto no seu regulamento de base. No entanto, a norma admite a singularidade do momento e reconhece o seu próprio caráter transitório e provisório.

A **26 de março de 1938**, o **Conselho de Administração** da Previsión Médica Nacional **reúne-se** em Valladolid. Preside Enrique Suñer. Em janeiro de 1939, a Previsión, dirigida pelo Conselho de Apreensão, celebra o que viria a ser o seu último encontro oficial. Três meses mais tarde, a contenda acaba e os vencedores ordenam a unificação em Madrid. Suñer mantém a Presidência da nova Entidade.

O conflito aumentou a sinistralidade e impediu a normal contribuição dos mutualistas, muitos dos quais perderam os seus direitos. Se aplicar rigorosamente o seu próprio regulamento, a PMN vê-se confrontada com a sua própria dissolução como mútua. No entanto, um despacho ministerial de junho de 1942 obriga a PMN “a pagar os subsídios de todos os associados falecidos desde 18 de julho de 1936 até agora, qualquer que seja a causa da morte e a situação no pagamento das quotas”. Entretanto, Enrique Suñer preside o seu último Conselho de Administração a 20 de abril de 1941 e morre pouco depois. Guillermo Núñez, presidente do Conselho Geral das Ordens Médicas, substitui-o provisoriamente até à nomeação de Mariano Gómez Ulla, a 23 de outubro desse mesmo ano.

O prestígio da PMN é revalorizado ao honrar os seus muitos compromissos e não decepcionar as esperanças de viúvas e órfãos. Mas o dinheiro para cobrir todos os sinistros vem dos próprios associados. Os benefícios alcançam 1,7 milhões de pesetas na secção de invalidez e 38,3 milhões na de vida. Além de seus próprios fundos, a PMN recebe dos seus associados mais de 13 milhões para liquidar a extra-sinistralidade da Guerra Civil.

CHEGA A REFORMA

Apesar do entusiasmo e sacrifício dos mutualistas e do apuro e compromisso da Entidade em responder a uma situação quase limite, é evidente que a PMN precisa de uma reforma para a sua adequada atualização, que lhe permita enfrentar de forma eficaz o aumento da mortalidade e partilhar os novos princípios gerais da segurança social. A mudança é ainda mais imperiosa tendo em conta a Lei das Mútuas, aprovada em dezembro de 1941 e à qual o regulamento da PMN devia necessariamente adaptar-se.

A transformação da Entidade é conduzida por Manuel Bermejillo, um dos presidentes mais longevos. Presente no Conselho há já alguns anos, assume oficialmente a presidência no dia 13 de maio de 1943, após a nomeação feita pela Direção Geral da Saúde, cujo responsável é o doutor Palanca.

A Direção Geral da Previdência permite à PSN fazer todo o tipo de seguros pessoais - que passarão a ser obrigatórios para os mutualistas - e patrimoniais, voluntários. O regulamento posterior também mantém a ligação íntima da PSN aos conselhos gerais e às ordens provinciais dos profissionais de saúde.

Em outubro de 1944 é aprovada a reforma da Entidade, que passa a ser denominada **Previsión Sanitaria Nacional (PSN)**, de modo a reconhecer o seu maior alcance, graças à integração efetiva de médicos e dentistas e a prevista, ainda não iniciada, defarmacêuticos e outros profissionais.

Além da atualização institucional, a PSN precisa igualmente de uma reforma técnica que permita adaptar os subsídios e benefícios à nova realidade económica do país e abranja também os problemas relacionados com a doença e a velhice.

Em **maio de 1945**, a PSN **aprova a Secção de Doença**, cujo subsídio começa a ser pago no prazo de 30 dias a contar da data em que surgiu o estado patológico objeto de indemnização. A sua duração máxima é de um ano e se nesse prazo o mutualista não tiver recebido alta hospitalar, passa para a cobertura por invalidez. A quota média é de 3,30 pesetas. No que diz respeito à Secção de Velhice, é estabelecida a idade de 70 anos para poder receber o subsídio. Neste momento, a PSN aborda igualmente a melhoria das secções históricas de Invalidez e Vida.

MAIS PRODUTOS, MENOS RISCOS

Em **julho de 1949**, a **Direção Geral da Previsión aprova a Secção Automóvel e a de Acidentes Pessoais**. A PSN continua a ampliar os seus produtos para cobrir cada vez melhor às necessidades dos profissionais de saúde. Com efeito, começa a realizar um estudo para implementar um seguro de intervenções cirúrgicas para os mutualistas e as suas famílias, um produto que só será aprovado em meados da década de 1960.

Nestes anos começa a abrir-se de forma decidida uma outra linha de atividade: o investimento imobiliário, que permite diluir as crescentes reservas e, por conseguinte, aumentar a rentabilidade da Mútua.

Em **abril de 1949**, a PSN **adquire a propriedade de um edifício localizado no número 92 de Calle Ferraz, em Madrid**. O seu preço ronda os 1,7 milhões de pesetas. Qua-

se dez anos mais tarde, a PSN irá vender o imóvel por 2,5 milhões. Apesar daquilo que estes números podem sugerir hoje em dia, o Conselho de Administração qualifica a operação de magnífica.

A política imobiliária acaba por se concretizar em três eixos básicos: dotar a PSN de uma sede própria, que sirva também para os conselhos gerais das profissões associadas à Mutualidade; colaborar na «instalação digna» das ordens provinciais para contribuir para o seu maior prestígio e eficiência, e apoiar a promoção.

Em 1949, a PSN adquire o seu primeiro edifício. Começa então uma política de promoção imobiliária que se prolonga até hoje.

Os seus primeiros frutos não tardam a chegar: no dia 22 de fevereiro de 1952, o Conselho de Administração aprova a aquisição da quinta localizada no número 11 de Calle Villanueva, em pleno bairro de Salamanca, em Madrid. O seu preço é de 2,6 milhões de pesetas. As obras começam em 1954 e terminam três anos depois.

No que diz respeito ao apoio às ordens, León e Ávila são os primeiros exemplos, daquilo que se tornaria mais tarde uma longa lista de instituições beneficiadas pela colaboração da PSN no financiamento da aquisição de imóveis. Começa também, embora com menos sorte, a aquisição de energia solar para construir edifícios para mutualistas. Outros projetos realizados nos últimos anos da década de 1950, cujos destinos foram díspares, são a criação de seguros de incêndios e acidentes de trabalho, de empréstimos sobre seguros contratados e uma caixa de poupança para cuidados de saúde.

Em 1959, o Montepío Veterinario Nacional estabelece a sua dissolução e solicita a integração dos seus associados na PSN, o que ratifica o Ministério do Governo, com a aprovação da Assembleia Geral, a 8 de junho de 1960. Manuel Bermejillo celebra então 17 anos como responsável da Entidade. Chegaria aos 21, deixando o seu cargo a Jaime Lazcano a 8 de julho de 1964.

ADAPTAÇÃO CONTROVERSA (1960-1977)

REESTRUTURAÇÃO JURÍDICA E ADMINISTRATIVA

Presidentes entre 1960 e 1977

Manuel Bermejillo

Maio 1943 - julho 1964

Jaime Lazcan

Julho 1964 - fevereiro 1966

Manuel Morales

Fevereiro 1966 - setembro 1969

Manuel Sainz

Celso Manuel Rodríguez Conde
(interinos)

Outubro 1969 - novembro 1970

Alfonso de la Fuente

Novembro 1970 - fevereiro 1977

No início de 1960, a PSN é uma entidade muito maior do que alguma se imaginou. O impulso socioeconómico vivido por Espanha desperta novas exigências e necessidades nos mutualistas, que sobreaquecem perigosamente a atividade da Mútua. Não resta outra alternativa senão empreender uma profunda reestruturação jurídica e administrativa que culmina, não sem grandes esforços e controvérsias no coletivo, nos novos estatutos de 1975, que abrem mais uma etapa na Entidade.

A Previsión Sanitaria Nacional entra na década de 1960 com o íntimo desejo de continuar a reduzir as preocupações dos profissionais de saúde e prevenir o seu futuro económico, pessoal e familiar. O desenvolvimento da mutualidade tem sido extraordinário desde o seu nascimento, mas é ainda necessário que o

coletivo demonstre uma disponibilidade mais decidida em relação à ideia do mutualismo. A queixa a este respeito é pronunciada por José Luis Yagüe, secretário do Conselho de Administração, a 28 de novembro de 1960, no início da Assembleia: «A Instituição opera há 30 anos; muitos dos que então se inscreveram nos grupos mínimos obrigatórios continuam exatamente na mesma, mas com mais 30 anos, percebem demasiado tarde que a previdência social é necessária. Vêm o risco imediato, querem cobri-lo, mas já ultrapassaram a idade para o fazer».

A década que acaba de se iniciar contemplará alguns acontecimentos chave na história da PSN, ainda presidida pelo incansável Manuel Bermejillo. Por esta altura começam a tornar-se familiares algumas siglas que sobreviveram até hoje envoltas em controvérsia: AMF-AT. Este regime de previdência, criado em 1946 para os médicos ao serviço de entidades de assistência médica e farmacêutica e seguradoras de acidentes de trabalho, começa a apresentar os seus primeiros sintomas de desequilíbrio financeiro, que, com o passar dos anos, se tornaria o problema mais grave da Entidade.

Já em 1965, há indícios claros de que o complicado e não menos controverso desenho original do regime não parece válido para o presente e muito menos para o futuro, pelo que não resta outra alternativa senão promover uma revisão estatística, atuarial e financeira dos seus princípios.

A aplicação destas recomendações, feitas pelo próprio Conselho de Administração, seria adiada sistematicamente devido principalmente à falta de decisões por parte do ministério competente na matéria e responsável, de acordo com a recente doutrina do Supremo Tribunal, por aquilo que sempre fora um regime de substituição da Segurança Social.

O controverso desenho atuarial também acompanha o nascimento da Secção de Intervenções Cirúrgicas, um antigo projeto do presidente Bermejillo que consegue implementar a 1 de abril de 1963, pouco antes da sua saída da Entidade. As perspetivas do novo seguro são tão amplas que até se discute a possibilidade de a PSN passar a dispor de centros de saúde próprios para atender aos mutualistas. No entanto, o carácter voluntário da sua subscrição provoca a tão temida seleção de riscos - apenas é subscrita por mutualistas com predisposição para estados patológicos - e a viabilidade da secção fica posta em causa.

Automóvel, intervenções cirúrgicas e AMF-AT, reflexo de um tempo novo cheio de dificuldades.

Em julho de 1964, Jaime Lazcano põe termo aos mais de 20 anos de presidência de Bermejillo, e menos de um ano depois, vê-se confrontado com uma das alterações regulamentares e estruturais mais importantes na Entidade, devido à entrada em vigor da obrigatoriedade do seguro de responsabilidade civil automóvel. Até então, a Secção, de subscrição voluntária, tinha gozado de grande importância e merecido prestígio.

Mas a alteração legal desencadeou inúmeras dificuldades administrativas na Entidade e mergulhou muitos mutualistas em consternação. Além disso, impedia a PSN de prestar e cobrir o novo serviço obrigatório. A solução surge a 6 de novembro de 1965, quando a Assembleia aprova a criação de uma nova entidade, Agrupación Mutual del Automóvil, embrião da atual AMA.

O seu nascimento é mais um produto da obrigação legal do que da convicção de que o coletivo deve dispor de duas mútuas. As suas origens são semelhantes às de uma subsidiária e, à partida, não pressupõem o seu posterior desenvolvimento independente.

San Juan ou a conclusão da aposta imobiliária.

La política imobiliária da PSN assiste nestes anos a um notável desenvolvimento, sobretudo com a construção da Residência de San Juan. Localizada no solar El Romero, adquirida em 1958 por cerca de 3 milhões de pesetas, a Residência era inicialmente destinada a reformados. Finalmente, o centro construído, concluído em abril de 1965, é de carácter geral, com 96 quartos e capacidade para 191 pessoas. Em outubro de 1968 é concebido no mesmo solar um outro edifício, que foi concluído em 1972. A Residência começa a despertar a simpatia e o interesse dos mutualistas quase desde o início e torna-se um dos melhores serviços prestados pela PSN. Paralelamente, a Entidade continua a colaborar com as ordens na construção de novos edifícios que estas possam utilizar como sedes e na promoção de habitação para venda para os mutualistas.

As referidas dificuldades não passam do reflexo de um certo sobreaquecimento na sua trajetória mútua, alimentado pela acelerada dinâmica socioeconómica que Espanha vive nesta década. As pensões e os benefícios perdem poder de compra; a administração da Entidade parece ultrapassada e as coberturas não respondem as novas expectativas dos mutualistas. A situação não passa despercebida pelas ordens, que decidem tomar o assunto em mãos e promovem a substituição da Presidência da PSN: Lazcano deixa o seu cargo a Manuel Morales, presidente da AMA, que une na sua pessoa a direção das duas companhias. É fevereiro de 1966.

Na Assembleia desse ano, o relatório do Conselho aponta claramente para uma mudança de cena, caracterizada pelo restabelecimento do diálogo com os mutualistas e as ordens e a busca da unidade de ação, porque «numa mutualidade profissional, o egoísmo não é admissível». Sem desqualificar o trabalho do presidente Lazcano, parece evidente que a chegada de Morales constitui uma recuperação da situação instável da PSN. A transformação é conduzida pelas ordens que, apesar das críticas de alguns mutualistas, atuam em conformidade com os estatutos.

Morales retrata a PSN em público ao ordenar a realização de um estudo global, atuarial, técnico e administrativo com propostas de mudança a serem divulgadas a todos os mutualistas em particular e ao setor da saúde em geral. Entretanto, está a ser concluída a reestruturação das secções de Doença, Invalidez, Velhice e Vida.

O revolucionário Morales é interrompido repentinamente. O presidente morre em setembro de 1969, pouco mais de três anos após a sua nomeação. Os problemas pendentes com Lazcano continuam em aberto, identificados pelas ordens e amplificados por alguns mutualistas, que não estão satisfeitos com o desenvolvimento de algumas promoções imobiliárias. Regresso ao ponto de partida na reflexão comum sobre o futuro.

A 16 de novembro de 1970, Alfonso de la Fuente, presidente do Conselho Geral das Ordens de Médicos, assume a presidência da PSN com o objetivo principal de «estudar a reforma estrutural e regulamentar dos seus estatutos e regulamentos». Com efeito, afirma que o seu cargo é transitório.

Tal como há alguns anos, as ordens voltavam a intervir na vida interna da PSN, mas desta vez de uma forma mais direta e decidida. A primeira decisão de De la Fuente não deixa margem para dúvidas quanto ao seu propósito regenerador: solicitar ao Instituto de Revisores Oficiais de Contas um relatório técnico sobre a situação financeira e contabilística da Entidade.

Transitório, mas decisivo. Alfonso de la Fuente assumiu o cargo de presidente da PSN com a certeza de que a sua passagem pela direção da Entidade seria transitória. Impôs-se como tarefa principal aprovar novos estatutos e conseguiu concretizá-los. O seu foi um contributo fundamental para a modernização da Entidade.

AVISO DO INSTITUTO DE CONTAS

No dia 19 de junho de 1971, o referido Instituto emite um relatório de 48 páginas e 28 anexos, cuja conclusão levanta sérias dúvidas sobre o montante, a importância e os saldos das contas do balanço. De la Fuente, que já tinha começado a adotar as primeiras medidas de reorganização administrativa, convoca uma Assembleia de Mutualistas para a aprovação definitiva da desejada revitalização da Entidade.

O esperado encontro realiza-se no dia 2 de julho de 1971 e os seus resultados são animadores: tal como há alguns anos, a Direção-Geral da Saúde volta a ratificar a constituição legal do novo Conselho de Administração, cuja principal missão será reformar os estatutos da PSN e habilitar uma administração de gestão e duas consultorias, uma jurídica e outra atuarial, que garantam o bom funcionamento da Entidade.

Os estatutos em vigor datam de 1944. Parece evidente a necessidade de reforma, mas a tarefa é difícil. Com efeito, o anteprojecto elaborado, inicialmente concebido para a sua discussão na Assembleia de dezembro de 1972, é retirado por não se adequar a todos os setores.

Para não deixar o assunto completamente de lado, o Conselho coloca uma questão aos membros da assembleia, muito ilustrativa da encruzilhada em que se encontra a Entidade:

«O projeto de reforma dos Estatutos deve manter à tradicional ligação da PSN às ordens que lhe deram vida, lhe prestam um inestimável apoio espiritual, administrativo e económico e mantêm o espírito de fraternidade, ao mesmo tempo que possibilitam a solidariedade necessária entre todos os profissionais de saúde de Espanha, ou convêm mais fazer tabula rasa disso e adaptar-se estritamente à Lei e Regulamento das Mutualidades com rigorosa juridicidade?

A Assembleia pronuncia-se por unanimidade a favor da permanência da ligação da PSN às ordens. Em fevereiro de 1974, volta a abordar o assunto: desta vez, os membros da Assembleia dispõem de um projeto de reforma que desencadeia uma calorosa discussão sobre a representatividade da Assembleia, a participação dos mutualistas - que, por esta altura, são mais de 63.000 - e a proporcionalidade entre órgãos sociais e administrativos.

Opta-se, finalmente, por recolher todas as alterações e comentários e desenvolver um novo projeto de reforma, que é apresentado outra vez à Assembleia em dezembro.

O presidente De la Fuente declara que «a redação dos Estatutos foi reformulada no intuito de criar uma abertura inédita na história da Mutualidade», utilizando certamente para o efeito um termo extremamente atual da situação política espanhola: Franco está muito doente e o regime começa a desmoronar-se entre incontroláveis sinais de abertura política e social. Além disso, o novo texto consagra a mudança do governo designado pelos conselhos de ordens por outro constituído pela maioria absoluta dos votos dos membros da Assembleia e do Conselho de Administração e reúne minuciosamente todas as disposições legais do momento. «Os estatutos são os mais completos entre os que regulam as mutualidades em Espanha, porque os sintetiza todos», frisa De la Fuente. A 21 de junho de 1975, realiza-se uma Assembleia extraordinária que aprova os estatutos.

Termina assim um longo processo que abre a porta a uma nova Entidade. Mas durante a década de 1970, as mudanças não são apenas regulamentares. Enquanto se discutia sobre os estatutos, o presidente De la Fuente promovia os seus outros projetos de modernização, tais como a reorganização técnica e administrativa e o saneamento financeiro; a profissão farmacêutica é integrada definitivamente, com

caráter obrigatório, após a dissolução da Caja de Previsión y Socorro del Cuerpo Farmacéutico (Caixa de Previdência e Socorro do Corpo-Farmacêutico); os benefícios melhoram e são criadas novas coberturas (acidentes pessoais, amortização de empréstimos, orfandade, financiamento de veículos...)

A AMF-AT continua a suscitar preocupações, bem como o seguro de intervenções cirúrgicas, mas isso não impede a abordagem de novos projetos como uma sociedade de investimento imobiliário e cooperativas de crédito e de habitação. Alfonso de la Fuente deixa o seu cargo a José María Artamendi no dia 25 de fevereiro de 1977.

Em junho desse ano, os espanhóis votam pela primeira vez depois de mais de quarenta anos de ditadura. A Espanha contemporânea abre caminho e nela viaja uma nova PSN que ainda tem pela frente muitos desafios e objetivos a cumprir.

1977-1988: O INÍCIO DO FIM DA MUTUALIDADE OBRIGATÓRIA

A PSN enfrenta o transcendental debate sobre o futuro da sua natureza jurídica e a sua ligação aos profissionais de saúde e às ordens.

7 NOVAS LEIS À VISTA

7 MUDANÇA DE MENTALIDADE

7 RELATÓRIO DA EQUIPA DE GESTÃO

7 ELEIÇÃO TOTALMENTE DEMOCRÁTICA

7 SEM REGULAMENTAÇÃO PARA
ADJUDICAR ANDARES

A efervescência social e política dos primeiros anos da democracia também atinge à PSN, que enfrenta abertamente e com todas as consequências da iminência de um evidente fim de etapa. A mutualidade não serve - porque a Administração não lho permite - para atender às crescentes exigências dos mutualistas, cujas novas gerações contestam sistematicamente a obrigatoriedade. Dois presidentes, José María Artamendi e José Luis Gutiérrez Herrero, procuram com afinco alternativas e, ultrapassando alguns obstáculos, deixam assinalado o caminho do futuro com excecional precisão.

Os novos estatutos da Previsión Sanitaria Nacional pareciam ter modernizado definitivamente a Entidade, cujo único objetivo a partir desse momento (junho de 1975) não poderia ser outro senão a gestão otimizada da sua atividade e património. Mas a realidade, como a que vive a Espanha nos seus primeiros passos na democracia, não é tão simples. O novo presidente da PSN, José María Artamendi, toma posse do seu novo cargo a 25 de fevereiro de 1977.

O tesoureiro, José Paz, recebe-o com frieza: «Apesar dos relatórios otimistas dos últimos anos, a mutualidade poderá ver-se confrontada, a curto prazo, com dificuldades económicas em determinados benefícios por razões jurídicas, económicas e técnicas».

Artamendi percebe desde o início a magnitude da sua responsabilidade, especialmente quando tem de enfrentar dois problemas repentinos, que aparentemente não existiam apenas alguns meses antes.

Em abril, a Assembleia exige a constituição de duas comissões, uma para analisar e corrigir os novos estatutos, que resultaram ineficazes para alcançar o seu maior desafio - a democratização dos órgãos sociais - e outra para investigar o trabalho do anterior Conselho de Administração, presidido por Alfonso de la Fuente.

Antes do final de 1977 realizam-se mais duas assembleias, de carácter extraordinário. Na primeira, Artamendi informa a presidência de Artamendi começa com duas tarefas delicadas: a da existência de anomalias na gestão de De la Fuente mas, assumindo a sua responsabilidade institucional e a fim de não lesar a Entidade, pede para não pôr o dedo na ferida, que poderia ter curado «com um pouco mais de informações de alguns e uma maior compreensão e fraternidade de todos». De la Fuente, presente na Assembleia, admite com orgulho: «Posso ter-me enganado, mas não gestão do seu antecessor e os estatutos foi um ato premeditado. Nunca falei à verdade».

A presidência de Artamendi começa com duas tarefas delicadas: a gestão do seu antecessor e os estatutos

Na segunda Assembleia, realizada em novembro, Artamendi agarra o touro pelos cornos: «Isto tem de acabar aqui». De la Fuente insiste na sua tese: «Respondo pelos erros, mas não houve desvio de fundos». E um membro da Assembleia, Antonio Rodríguez, presidente da Ordem dos Médicos de Badajoz, resume o sentimento da Assembleia, que concorda em não tomar qualquer medida contra De la Fuente: «Vivemos um momento em que todos os espanhóis nos impusemos o esforço de aceitar amnistias».

Entretanto, a Administração começa a elaborar um projeto de regulamentação de entidades de seguros, que estabelece limites máximos para benefícios e que, na opinião de Ernesto Marco, Vice-Presidente da PSN, poderia acarretar «sérios problemas de sobrevivência para a Entidade». Em dezembro realizam-se eleições para a Assembleia, que é formalmente constituída em março de 1978. Artamendi continua a ocupar o cargo de presidente com o objetivo de reestruturar os seguros, os benefícios e os recursos humanos da PSN e abordar as relações com as ordens, que continuam a pedir financiamento para as suas necessidades imobiliárias.

As relações com as associações não estão a passar um bom momento. Artamendi apresenta ao seu Conselho uma moção em que denuncia a existência de «uma série de inquéritos velados e abordagens duvidosas» que impedem à Entidade concentrar-se no seu trabalho. A alusão está bem localizada: trata-se do Conselho Geral dos Farmacêuticos, que tem vindo a pedir repetidamente informações sobre o funcionamento da PSN e que ameaça sair da Entidade.

Cerca de 16 por cento dos mutualistas são farmacêuticos. O presidente volta a reagir rapidamente e exorta ao seu Conselho: «Não tolerarei entraves ao nosso desempenho e se a única maneira de assegurar o correto funcionamento fosse apurar campos, seria deixado ao critério da Assembleia. Ou funcionamos, ou estamos a mais».

«A tão discutida obrigatoriedade não é cumprida em muitos casos e é-nos atirada à cara», queixa-se **Artamendi**

Artamendi chama também à atenção as ordens devedoras, que acumulam atrasos no pagamento dos recibos da PSN, que passam diretamente aos seus membros. Para contaminar ainda mais o ambiente, o presidente da OMC, Jorge Pérez del Corral, delega no seu vice-presidente, Pedro Albert, as suas funções no Conselho da PSN. Artamendi opõe-se à mudança, talvez consciente do perfil de Albert, um dos membros da Assembleia mais críticos dos últimos tempos. Várias ordens de médicos apoiam Albert e manifestam o seu descontentamento à PSN.

Esta luta aparentemente pessoal esconde outra, de uma relevância muito maior, que não passa despercebida: as crescentes queixas sobre a obrigatoriedade de pertencer à PSN, es-

pecialmente entre os médicos mais jovens. Surpreendentemente, e num gesto audaz e aberto à mudança, Artamendi apresenta uma moção para estudar a alteração da situação, uma vez que «a tão discutida obrigatoriedade não é cumprida em muitos casos, é-nos atirada à cara e depois é utilizada como argumento para exigir o pagamento de alguns benefícios quando já se verificou o risco» O presidente não esconde as consequências negativas que poderiam advir do fim da obrigatoriedade, mas também não se retrai: «Temos de ter uma mentalidade empresarial e tornar a pertença à mutualidade atraente». A sua moção foi aprovada em Conselho, com 10 votos contra 6. É novembro de 1981.

Talvez sem o saber, Artamendi está a expor a ideia de valor acrescentado para o mutualista, um serviço que transcenda o âmbito dos seguros e que preencha as suas necessidades, umas das linhas básicas que orientarão a PSN alguns anos mais tarde. Talvez por isso, uma das suas principais preocupações foi o reforço e a melhoria da Residencial de San Juan, que em 1982 acrescenta um novo edifício para a sua oferta. Os mutualistas desfrutam cada vez mais das instalações, a um preço verdadeiramente atraente, que no verão de 1980 oscila entre 450 e 2.370 pesetas para os quartos e é fixado em 570 pesetas para a pensão completa.

São liquidados dois dos investimentos mais controversos de De la Fuente: Carpresa e o edifício de Isaac Peral

Decorrido um prazo razoável desde a controversa comissão de investigação, Artamendi começa a dismantelar alguns dos investimentos mais controversos do seu antecessor. Após um aviso oficial do Ministério da Saúde, inicia os trâmites para a dissolução da Cartera de Previsión Sanitaria Nacional, S.A. (Carpresa), uma sociedade de investimento. Além disso, consegue vender ao Estado o edifício localizado em Calle de Isaac Peral, em Madrid, concebido para ser a sede da PSN mas que acaba por alojar o novo Tribunal Constitucional. A venda é fechada em 1.000 milhões de pesetas e a PSN obtém uma mais-valia de quase 300.

Em fevereiro de 1983, Artamendi volta a apresentar ao seu Conselho outra moção histórica. Desta vez convida a meditar sobre se «a nossa natureza jurídica se tornou demasiado limita-

da»para atender às necessidades do coletivo. Propõe, sem hesitar, transformar a mutualidade em mútua «o que certamente aumentaria a nossa carga fiscal, mas o nosso âmbito de seguradorapracamente não teria limites», mas opta finalmente por manter a mutualidade de previdênciasocial e criar outra mútua para os outros produtos que a legislação impede a PSN de desenvolver.

Sem conhecer o âmbito da regulamentação que a Administração está a elaborar para reordenar os seguros privados, a cúpula da equipa de gestão da PSN (Carlos de la Torre, diretor; José Manuel Martínez Sanseroni, consultor jurídico, e Pablo López Domínguez, consultor atuarial)apresenta ao Conselho um relatório que desaconselha a transformação em mútua e aposta no reforço da mutualidade na sua oferta de produtos pessoais e patrimoniais. Finalmente, o Conselho opta por melhorar a AMA e criar uma comissão paritária para preparar as iminentes alterações legais, que se concretizam com a aprovação da Lei 33/1984, de 2 de agosto, relativa à Gestão do Seguro Privado: A PSN passa a depender do Ministério das Finanças e o capital dos seguros pessoais é limitado.

A transcendência da norma para o futuro da PSN não deve ocultar outros feitos que a Entidade vai conseguindo na primeira metade da década de 1980: a nova configuração do seguro Combinado, os estudos para introduzir produtos específicos para cobrir a responsabilidade civil pessoal e profissional e os deficientes mentais e a publicação de um boletim informativo para os mutualistas, primeiro e ilustre antecessor da psnInformación.

Com a nova lei do seguro, de 1984, a PSN passa a depender das Finanças e o capital dos seus seguros é limitado

O presidente Artamendi ainda tem uma tarefa por cumprir, iniciada pouco depois de assumir o cargo: a reforma dos estatutos, que está a ser desenvolvida desde 1977 e que é aprovada numa assembleia extraordinária realizada em maio de 1982. No entanto, a mudança não é definitiva, uma vez que a Administração, abrangida pela sua regulamentação, exige a eliminação da

obrigatoriedade e da designação dos membros dos órgãos sociais, que devem ser eleitos, todos, democraticamente.

Depois de não poucas resistências das ordens e dos membros da assembleia, a PSN aceita o sinal dos novos tempos e aprova os seus estatutos definitivos em 1984. Inicia-se então um longo processo eleitoral que culmina com a eleição de José María Artamendi como o primeiro presidente da PSN a ser eleito inteiramente pelas bases mutualistas. Menos de uma semana depois da eleição histórica, Artamendi morre repentinamente no final de 1984.

O Conselho de Administração eleito vota de novo para eleger outro **presidente**: ganha, claramente, **José Luis Gutiérrez Herrero**, presidente da Ordem dos Médicos de Palencia e pai do atual secretário da PSN, Fernando Gutiérrez de Guzmán. À semelhança do que fez o seu antecessor, o novo presidente enfrenta os problemas e desafios da Entidade desde o início, deixando muito pouco tempo para fazer um natural balanço da situação. A sua primeira preocupação são as pensões, que não satisfazem os mutualistas num José Luis Gutiérrez Herrero assumiu a presidência da PSN no início de 1985 ambiente de crescente perda de poder de compra, em que surgem os primeiros sintomas de desequilíbrio na Segurança Social. A isso acrescem as primeiras baixas significativas no coletivo, como consequência das dúvidas sobre a obrigatoriedade.

O administrador José Paz, tal como fez no início do mandato de Artamendi, volta a avisar: «Se as baixas ultrapassam as aquisições,o futuro, mais do que incerto, é péssimo. Temos de ser competitivos, esquecendo que a época da obrigatoriedade de subscrição e da PSN talvez esteja a chegar ao fim». A 31 de dezembro de 1985, a PSN tem 126.384 mutualistas. Gutiérrez Herrero sabe que a nova situação da regulamentação dos seguros, que ainda não está plenamente definida em novas matérias, tais como os fundos e planos de pensão, força a PSN a tomar uma postura ativa perante a procura de novos mutualistas e, o que parece mais imperativo, a manutenção da carteira atual. O novo presidente também não perde de vista o projeto pendente, e cada vez mais procurado pelos profissionais, de criar um seguro de responsabilidade civil e o futuro do seguro automóvel voluntário, ainda gerido pela PSN.

A 26 de junho de 1986, antes de ser promulgada a esperada lei dos fundos de investimento, é constituída a PSN Gestión, com um capital inicial de 100 milhões de pesetas. Com esta sociedade

de gestão, a PSN visa proporcionar aos seus mutualistas a possibilidade de dirigir o futuro da sua reforma e, mais importante, determinar o montante da mesma com antecedência suficiente. Não é a única novidade na carteira de

Com a PSN Gestión, os mutualistas passam a ter a possibilidade de dirigir o futuro da sua reforma e determinar o montante da mesma produtos da PSN: seguros de responsabilidade civil geral e profissional; de incêndio; de roubo; de cristais e um combinado de habitação-vida. «A PSN tem de ser atraente», insiste Gutiérrez Herrero.

A adaptação aos novos tempos parece ter sido vertiginosa. Mas este não é o ritmo a que a Administração toma decisões, muito pelo contrário. A última volta a prejudicar significativamente a PSN, que acaba por não poder comercializar os seus novos seguros. O presidente não hesita e convoca uma assembleia extraordinária para a aprovação da constituição de uma mútua que lhe permita colocá-los à disposição do coletivo. Nasce assim a PSN Seguros Generales S.A.

Paralelamente, a carteira do seguro voluntário automóvel é transferida para a AMA. A PSN é forçada a dispensar um produto que a obrigava a reforçar significativamente as suas reservas, mantendo assim a boa saúde do seu património.

A lei do seguro impõe igualmente uma atualização das provisões de que dispõem as entidades para honrar os seus compromissos.

Apesar das violentas campanhas dirigidas contra ele, Gutiérrez Herrero consegue adaptar a PSN à nova lei do seguro

Gutiérrez Herrero encarrega Arthur Andersen de realizar uma auditoria contabilística para conhecer em pormenor o estado das contas e saber qual o esforço que a Entidade vai ter de fazer para se adaptar à legislação em vigor. Infelizmente, as conclusões da auditoria, que revelam defeitos organizacionais na PSN, são publicadas por um jornal nacional, causando grande inquietação nos mutualistas. O presidente acalma o coletivo assegurando que os defeitos são largamente conhecidos e que já foram implementadas as possíveis soluções, incluindo «uma avaliação patrimonial real que sirva de ponto de partida para alcançar as reservas previstas na lei».

Dite e feito. Gutiérrez Herrero anuncia no início de 1988 que a PSN irá adequar as suas reservas no prazo de um ano. Além disso, adianta que não se apresentará às eleições que encerrarão o presente exercício. Quando tudo parecia definitivamente acalmado para empreender um novo processo eleitoral, alguma imprensa volta a irromper, inesperadamente, na vida interna da Mútua. O presidente explode num editorial publicado na revista da PSN, em setembro de 1988: «Como já não se pode desacreditar nem atacar por esta via [a mencionada na auditoria de Arthur Andersen], foi iniciada outra onde existe a falta de visão de uns, a ambição de outros, a atitude política de certos partidos e sindicatos e a animosidade de alguns.

Todos estes grupos aproveitam a ocasião de uma convocatória eleitoral para tentar, de novo, arruinar as pessoas e atacar a Mutualidade».

Sem citar nomes, Gutiérrez Herrero alude a um processo administrativo instaurado pela Direção Geral de Seguros contra o Conselho da PSN pela alegada venda irregular de alguns imóveis em Madrid. Pouco antes de começar o processo eleitoral, o presidente convocou uma assembleia extraordinária em que apresenta uma descrição pormenorizada do seu procedimento e é concluída com um comunicado que rejeita a publicidade indevida de assuntos estritamente internos da mutualidade e assinala a total falta de regulamentação na adjudicação de andares.

A Direção Geral de Seguros acabará por arquivar o processo e Gutiérrez Herrero, apesar das violentas campanhas dirigidas contra ele, passará para a história pelo seu objetivo herdado: a plena adaptação da PSN à nova lei do seguro, a criação da PSN Gestión e o reforço das reservas da Entidade.

A 13 de janeiro de 1989, Juan Blázquez, um dos líderes da florescente Confederação Sindical dos Sindicatos Médicos, é nomeado presidente da PSN, depois de vencer as candidaturas de Luis Sánchez Harguindey e Javier Matos, presidente da Ordem dos Médicos de Madrid.

1989-1996:

TRANSFORMAÇÃO E INTERVENÇÃO

TRIÉNIO DA REESTRUTURAÇÃO

A presidência de Juan Blázquez caracteriza-se por dois factos: um é a transformação definitiva da natureza jurídica da PSN, que passa de mutualidade de previdência social para mútua de seguros a prémio fixo; o outro é a intervenção da Direção Geral de Seguros, que destitui o Conselho da jovem Mútua. Começam então os anos mais turbulentos da PSN, que tornam as anteriores polémicas uma ninharia. Daqueles tempos ainda existem processos judiciais em curso, pelo que o leitor compreenderá a prudência e assepsia no relato de alguns factos que, para além de outras considerações, também fazem parte da história da PSN.

Juan Blázquez, um importante líder do incipiente movimento sindical médico, assume a presidência da Previsión Sanitaria Nacional no final da década de 1980.

Garante dirigir «uma equipa de homens e mulheres ligados ao mutualismo» que está decidida a implementar «uma gestão profissional, orientada para objetivos e controlo orçamental, simplificando o processo de tomada de decisões e minimizando a burocracia interna».

Na sua tomada de posse, Blázquez compromete-se a «oferecer ao setor da saúde uma identidade comum e uma empresa que apenas procura o lucro para o reinvestir em melhorias para os seus associados». Tal como fizeram os seus antecessores, o novo presidente começa a mergulhar na realidade da PSN e verifica que «as demonstrações financeiras não dão uma imagem verdadeira e apropriada da realidade». O seu

diagnóstico é adverso: coletivo estacionado, falta de novas filiações e carência de uma oferta de produtos e serviços.

Blázquez e sua equipa batizam estes primeiros anos de Triénio da reestruturação e põem mãos à obra: são equilibradas as provisões técnicas; são renovados os recursos humanos, produtos e serviços; são abertos novos escritórios técnicos e é alterada a capitalização do seguro Combinado, que passa a ser individual. A PSN continua a prestar atenção a duas questões que a têm preocupado nos últimos anos, nomeadamente, as pensões e a habitação. Em novembro de 1990, é constituído o Fundo de Pensões da PSN, cuja entidade depositária é o Banco Hispano Americano. Também nasce nessas datas a Proisesa Servicios, uma sociedade cujo objetivo será a promoção de habitação para mutualistas.

As reservas da Entidade aumentam rapidamente e em poucos anos são colmatadas as graves deficiências detetadas. Paralelamente, é alterada a quota de gestão na administração dos seguros, embora o Conselho esclareça que não se trata de um aumento das despesas.

Contudo, começa uma fase de expansão da atividade da PSN, que se irá manter durante todo o mandato de Blázquez. «Foram dois anos muito difíceis, mas o futuro da PSN está garantido», afirma o presidente numa entrevista publicada em Previsión, o órgão de divulgação da PSN que posteriormente se tornará uma das referências editoriais do setor da saúde. É outubro de 1991.

Em novembro desse ano, a Assembleia extraordinária aprova uma profunda alteração técnica dos estatutos com vista a uma maior democratização e autocontrolo dos órgãos sociais da PSN. Entretanto, a imprensa especializada destaca o Fundo de Investimento da PSN como o mais rentável do seu género. Os mutualistas aprovam a gestão de Blázquez para o ano seguinte, nas eleições de representantes da Assembleia.

A marca PSN transcende as áreas da saúde e dos seguros e parte para outras áreas como a organização de torneios de golfe ou a criação de uma fundação cultural, a Rei Alfonso XIII, inaugurada oficialmente em novembro de 1993. A Rainha Dona Sofia ocupa a Presidência de

Honra de uma instituição criada para a promoção do ensino, da investigação e da divulgação de tudo quanto interessar à saúde. Angeles Amador, ministra da Saúde, desempenha a função de ilustre mestre de cerimónias do ato público de apresentação. Nesses dias começa

a comercializar o Saniplán 65, um novo produto para a reforma que visa melhorar as condições do Combinado. Nessa altura, Blázquez e o seu Conselho consideram que a PSN precisa de uma outra natureza jurídica para crescer ainda mais. Começam então os preparativos para transformar a Entidade em mútua de seguros a prémio fixo.

O presidente procura convencer os representantes da Assembleia extraordinária de 1994:

«Adquirimos a nossa solvência atual graças ao facto de termos sabido adaptar-nos a cada momento histórico, sem perder o nosso princípio mutualista». É escolhida a figura de mútua, uma vez que não altera o vínculo entre o sócio e a Entidade, mas permite aumentar os capitais de risco e os benefícios, ampliar produtos, procurar alianças com outras companhias... Em definitiva, crescer como uma empresa, que se revela como o grande objetivo de Blázquez.

A Assembleia dá luz verde ao projeto, que é aprovado a 11 de novembro de 1994 pela Direção Geral de Seguros. A PSN deixa de ser uma mutualidade de previdência social e torna-se mútua de seguros a prémio fixo autorizada a operar no ramo Vida.

A nova Mútua realiza a sua primeira Assembleia Geral de Mutualistas em 1995. «Hoje apresentamos uma realidade», afirma o presidente. «Tem sido o futuro de um trabalho árduo iniciado há apenas seis anos por este Conselho e uma nova equipa de técnicos que tornaram este projeto possível. Como mútua, a PSN está em pé de igualdade com as grandes seguradoras. E os benefícios estão totalmente garantidos».

No ano seguinte, 1996, a PSN apresenta alguns resultados com 213 milhões de lucro, cerca de 50 por cento mais do que no exercício anterior. Blázquez assegura que «com estes dados tão positivos em relação à nossa situação de partida fecha-se uma etapa com inegável sucesso. Uma etapa que, com o tempo, será considerada exemplar na sua conceção e na transição para o futuro». A previsão do presidente viria a ser contrariada nos meses imediatamente a seguir. As queixas de alguns mutualistas juntamente com as críticas dos membros do Conselho à gestão e os elevados encargos em que a Entidade parece ter incorrido levam a Direção Geral de Seguros a proceder à fiscalização das contas de 1995.

Meses mais tarde, os fiscais Álvarez e Cabo assinam um certificado cujas conclusões parecem não deixar lugar a dúvidas: A PSN apresenta fun-

damento para a sua dissolução devido a grandes insuficiências patrimoniais resultantes de um excesso de despesas.

Blázquez, apoiado pela maioria do seu Conselho, réplica e alega que «as conclusões do certificado de fiscalização são interpretativas, misturam dados da PSN enquanto mutualidade e enquanto mútua e consideram como despesas estruturais algumas que apenas foram extraordinárias e que se deveram à transformação da Entidade». O presidente também relembra ao órgão de fiscalização que foi esse mesmo centro administrativo que aprovou a transformação em mútua e que tinha considerado a PSN solvente apenas dois anos atrás.

Depois de lidas as alegações, a Direção Geral de Seguros não deixa passar muito tempo. A 22 de maio de 1997, a diretora-geral, Pilar González de Frutos, assina uma resolução em que delibera a cessação automática do Conselho de Administração, presidido por Blázquez, e a nomeação como administradores únicos de Luis Miguel Avalos, diretor executivo da Confederação Nacional das Entidades de Previdência Social e Alberto Romero, subdiretor adjunto.

DETERIORAÇÃO PATRIMONIAL E DE GESTÃO

A Direção Geral de Seguros justifica a medida «atendendo à atual situação patrimonial da PSN e às deficiências detetadas na sua gestão» e acrescenta que constitui a melhor garantia dos direitos e interesses dos segurados, «ao mesmo tempo que estabelece as precauções necessárias para impedir a deterioração progressiva que se estava a verificar na Entidade, tanto a nível patrimonial como de gestão». A resolução também instaura um processo disciplinar a Blázquez e ao seu Conselho e sujeita a PSN a medidas de controlo especial. As consequências desse episódio tão grave continuaram até muito recentemente a fazer-se sentir na vida da PSN e alguns processos judiciais decorrentes dessas decisões ainda estão a decorrer, razões mais que suficientes para que a interpretação da etapa em que Juan Blázquez presidiu a PSN precisa de mais tempo e sossego para ser plenamente interpretada. Talvez esta revista, ou outra na sua esteira, possa daqui a algum tempo concluir a tarefa que hoje foi apenas capaz de esboçar.

1997-1998: UM ANO PROVISÓRIO

Os administradores nomeados pela Direção Geral de Seguros começam o saneamento da PSN e convocam os mutualistas para eleger um novo Conselho:

Luis Miguel Ávalos (direita) e Alberto Romero chegaram à PSN com o objetivo de apertar o cinto à Mútua.

La Asamblea de Mutualistas de Previsión Sanitaria Nacional (PSN) se reúne en junio de 1998 y elige nuevos miembros del Consejo de Administración. Posteriormente, resulta elegido presidente Miguel Carro, traumatólogo de 57 años que es también presidente del Colegio de Médicos de La Coruña. Entre sus primeras decisiones destaca la obtención de dos importantes objetivos para la Entidad: la constitución de una sociedad anónima para gestionar la Residencia de San Juan, cumpliendo así el requerimiento de la Dirección General de Seguros, y la reducción de la estructura del Consejo, que se hace así más operativo.

Dois altos funcionários da Confederação Nacional de Entidades de Previdência Social, Luis Miguel Ávalos e Alberto Romero, são nomeados administradores provisórios da PSN após a intervenção decretada pela Direção Geral de Seguros. Os precipitados substitutos de Juan Blázquez e do seu Conselho chegam à PSN com mensagens tranquilizadoras tanto para os empregados como para os mutualistas, mas a situação não convida ao sossego. É maio de 1997 e ninguém sabe ao certo o que vai acontecer com a PSN.

Pilar González de Frutos, diretora-geral da Di-

reção Geral de Seguros, na sua única intervenção pública diretamente ligada à PSN, revela que a causa da intervenção não eram tanto as alegadas irregularidades das contas de 1995, mas sim a realização de uma série de investimentos e atividades diferentes da principal, a seguradora. Ávalos e Romero começam a tomar decisões irtmes para conter as despesas: suprimem as consultorias externas,

cancelam a publicação da revista Previsión, acabam com a Fundação Rei Alfonso XIII e começam a procurar possíveis compradores para a Residencial San Juan. Estas medidas permitam-lhes levar a projeção da percentagem das despesas com prémios para cerca de 20 por cento, valor legal, longe do perigoso 38 por cento que a PSN estava a registar durante a presidência Blázquez.

O maior problema que os administradores provisórios enfrentam é o regime de pensões AMF-AT. Com o apoio da Direção Geral de Seguros, procuram negociar uma saída do seu iminente colapso financeiro. Embora a PSN seja apenas a administradora do regime, a Segurança Social entende que é o seu titular e responde pelos possíveis incumprimentos que possam ocorrer. Chega o mês de novembro e Ávalos e Romero tomam uma decisão inevitável, que se vinha anunciando há muito tempo: A AMF-AT deixa de pagar, porque não há fundos para cumprir todas as obrigações assumidas com os 5.000 filiados.

A presidência de Artamendi começa com duas tarefas delicadas: a gestão do seu antecessor e os estatutos.

Entretanto, a Direção Geral de Seguros notifica as acusações que faz contra os antigos membros do Conselho que, tal como tinha adiantado a diretora-geral González de Frutos, se centram nas atividades diferentes da seguradora que a PSN estava a realizar. As possíveis sanções incluem uma multa de 15 milhões das antigas pesetas e até 10 anos de suspensão de atividade. O órgão administrativo de controlo também acusa a PSN como pessoa coletiva, cuja autorização para exercer como mútua poderia ser revogada.

PLANO A 15 ANOS

Os administradores provisórios apresentam o plano de reabilitação que lhes fora solicitado pela Direção Geral de Seguros como o roteiro para recuperar a PSN. Logo no início de 1998 recebem luz verde. O plano parte do controlo rigoroso das despesas e da rentabilização dos ativos para chegar ao equilíbrio financeiro num prazo de 15 anos. Contém decisões controversas como a liquidação da empresa imobiliária Proisesa e a venda da Residencial San Juan. Os seus critérios contabilísticos parecem ser menos rígidos do que os exigidos ao.

Conselho de Blázquez no momento da intervenção. Ávalos e Romero afirmam que a aprovação do plano é o primeiro passo para devolver o governo da PSN aos seus mutualistas.

A Direção Geral de Seguros aprova um plano de reabilitação baseado no controlo das despesas e na rentabilização dos ativos.

A Direção Geral de Seguros nomeia o instrutor administrativo Fernando Ibáñez para tratar do processo instaurado aos antigos membros do Conselho. Na sua opinião, a realização de atividades diferentes da seguradora, a primeira acusação da Direção Geral de Seguros, não foi questionada nem discutida. O instrutor está mais inclinado para a análise das despesas, em que parece ver mais razões para justificar uma eventual sanção. Para aumentar ainda mais esta confusão, Fernando Díez, subsecretário do Ministério da Economia, afirma no Congresso, em resposta a uma pergunta parlamentar, que «o arquivamento do processo é uma hipótese possível». Pura profecia.

O mês de junho apresenta-se como o mais provável para a realização da Assembleia de Mutualistas que terá de eleger um novo Conselho de Administração. Começa a tomada de posições: as ordens de médicos parecem ser as mais ativas. Na sua estratégia, aparentemente única, destaca-se a figura do presidente da Ordem de La Coruña, Miguel Carrero. Também chamam bastante a atenção os passos da analista clínica Carmen Rodríguez, responsável pela Associação para a Defesa dos Mutualistas da PSN, que tenta

evitar a venda da Residencial de San Juan e exige a adoção de medidas contra o anterior Conselho de Blázquez.

TUTELA E CONTROLO DA PSN

Poucos dias antes da Assembleia, a Organización Médica Colegial admite, pela boca de seu presidente, Ignacio Sánchez Nicolay, «a inequívoca vontade da ordem de tutelar e controlar a PSN». Com efeito, no dia 28 de junho de 1998, a Assembleia de Mutualistas elege sete representantes de ordens de médicos. Os administradores Ávalos e Romero cedem os seus lugares aos novos membros do Conselho, não sem antes constatar com algum pesar que a sua gestão não convenceu os mutualistas, que se recusam a aprovar as contas de 1996 e 1997.

Na tomada de posições face às eleições para um novo Conselho, as ordens de médicos mostram-se muito ativas

No dia 2 de julho, o traumatologista Miguel Carrero é eleito presidente do Conselho da PSN. Os administradores Ávalos e Romero voltam aos seus postos na Confederação. Termina a transição na PSN para uma etapa que ainda dura, que ainda está viva e presente, e que outra história como a que foi contada neste ano de aniversário terá de ser analisada. Até lá.

1998-2010: NOVOS ARES PARA A PSN

OS PRIMÓRDIOS DE TODO UM GRUPO EMPRESARIAL

A Assembleia de Mutualistas da Previsión Sanitaria Nacional (PSN) reúne-se em junho de 1998 e elege os novos membros do Conselho de Administração. Posteriormente, é eleito presidente Miguel Carrero, traumatologista de 57 anos, que também é presidente da Ordem dos Médicos de La Coruña. Entre as suas primeiras decisões destaca-se a consecução de dois importantes objetivos para a Entidade: a constituição de uma sociedade anónima para gerir a Residencial de San Juan, cumprindo assim a exigência da Direção Geral de Seguros, e a redução da estrutura do Conselho, que se torna assim mais funcional.

Em 1999, a PSN dá um passo importante para o seu novo futuro ao alterar o artigo 8.º dos seus Estatutos Sociais, permitindo a integração da Mútua de grupos de profissionais universitários licenciados, possibilidade que até então só os profissionais de saúde tinham.

Com a entrada do novo milénio, a PSN alcança um lucro de 1.800 milhões de pesetas e regista progressos significativos no cumprimento do Plano de Reabilitação. Paralelamente, o Conselho de Administração entende que chegou o momento de cobrir outras necessidades do coletivo e começa a delinear a constituição de pequenas empresas, germe do futuro grupo empresarial. São igualmente criados novos produtos de seguros para responder melhor às expectativas dos mutualistas. Surgem então entidades como a PSN Arrikuspena, uma entidade de previdência social voluntária para o País Basco, e PSN Servicios y Mediación.

Relativamente a esses produtos, a PSN apresenta o seguro de incapacidade temporária para o

trabalho, o Unit-linked, o MAS, etc. No ano de 2002, a PSN continua a configuração do seu grupo de empresas com a criação da PSN Servicios y Desarrollos Informáticos, consultora de novas tecnologias que oferece soluções informáticas adaptadas às atividades diárias dos diferentes setores profissionais, e a PSN Servicios Inmobiliarios. É igualmente alargada a carteira de produtos com seguros de orfandade e de acidentes.

Nesta altura, a PSN começa a recuperar também parte da harmonia perdida com as ordens profissionais. Para o efeito, começa a celebrar acordos de colaboração entre pares, concebidas e dirigidas para beneficiar os membros, oferecendo-lhes os produtos e serviços da instituição com condições vantajosas. Miguel Carrero é reeleito presidente do Conselho de Administração em 2003 e anuncia que a PSN vai atender às necessidades de consultoria em matéria de excelência e de gestão da qualidade com a criação da PSN Prevención y Calidad.

O grupo empresarial torna-se mais forte. No ano de 2004, a PSN cumpre o Plano de Reabilitação imposto pela Direção Geral de Seguros, que corrige o défice de provisões com alguma antecedência em relação aos prazos inicialmente previstos. Nessa altura, a PSN participa, juntamente com representantes das profissões da área da saúde, na criação da Fundação Ad Qualitatem, cujo objetivo fundamental é promover a qualidade no setor. Desde então, a solvência e a estabilidade da PSN verificam-se e reafirmam-se a cada ano que passa.